ANÁLISE DA CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DOS DADOS ATÉ O QUARTO TRIMESTRE DE 2025[1]

1 ASPECTOS GERAIS

Este texto tem como objetivo apresentar e discutir as informações recentes sobre a conjuntura do mercado de trabalho brasileiro até o quarto trimestre de 2025. Para isso, foram analisados diversos indicadores construídos a partir de duas fontes de dados de abrangência nacional: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada trimestralmente, e o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os recortes temporais adotados para os indicadores de mercado de trabalho variam de acordo com as características de suas trajetórias e sua relevância para a identificação de fenômenos no mercado de trabalho brasileiro. Para evitar influências sazonais, foram priorizadas as comparações interanuais (isto é, em relação ao mesmo período do ano anterior) para os indicadores analisados ao longo das seções.[2]

O texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, são apresentadas informações sobre variações nos indicadores de ocupação e participação da força de trabalho no Brasil. Na seção 3, são analisados os dados de desocupação no agregado nacional e em diversos recortes populacionais, além de outras informações como subocupação por insuficiência de horas e desocupação por desalento. Na seção 4, a discussão se volta para o nível setorial, examinando as condições de ocupação nos principais setores de atividade da economia brasileira. Na seção 5, são fornecidos dados sobre o rendimento médio do trabalho no país, abrangendo domicílios, setores e características populacionais, além de variações na massa de rendimentos nacional. Por fim, na seção 6, seguem algumas considerações sobre as principais questões discutidas.

2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

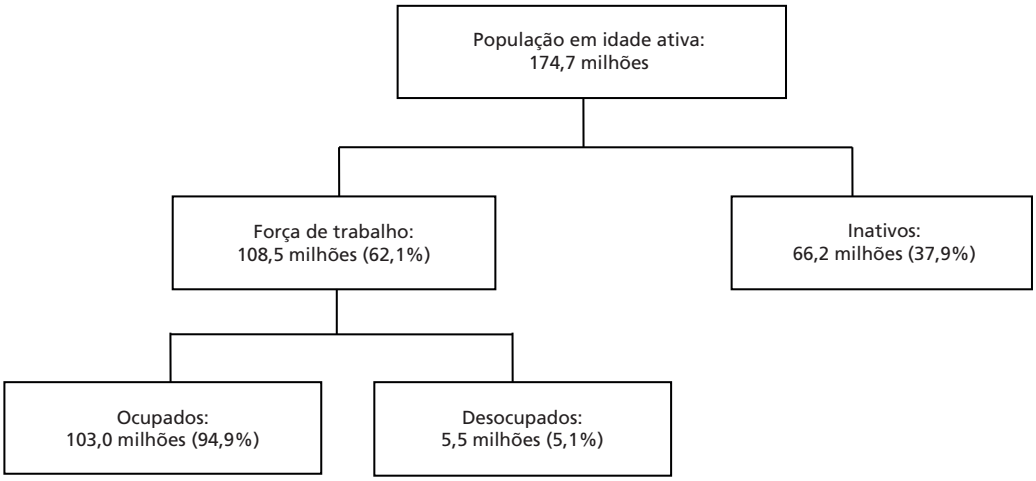
A figura 1 sintetiza os principais indicadores agregados do mercado de trabalho para o quarto trimestre de 2025, segundo os dados da PNAD Contínua. De acordo com os dados, a força

1. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/bmt81/analisedemercado.

2. Com a divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022, o cálculo dos pesos da PNAD Contínua foram atualizados desde a versão disponibilizada no segundo trimestre de 2025 conforme IBGE (2025). Dessa forma, comparações com períodos anteriores dos agregados absolutos do mercado de trabalho só são válidas a partir dos dados reponderados, uma vez que a série histórica destes agregados foi afetada pela nova ponderação.

de trabalho[3] totalizou 108,5 milhões de pessoas, representando 62,1% da população em idade ativa. Já a população ocupada, principal indicador estrutural do mercado de trabalho, somou 103 milhões de trabalhadores, o que corresponde a 94,9% da força de trabalho.

FIGURA 1
Dimensão das categorias analíticas do mercado de trabalho – Brasil (4º trim. 2025)



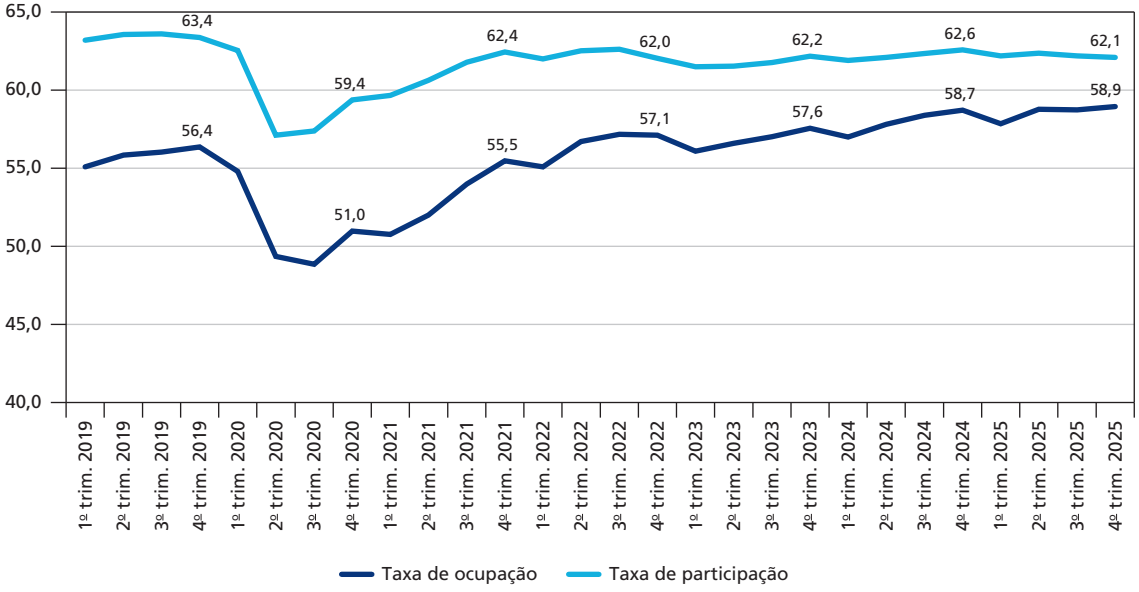
Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

O gráfico 1 mostra a evolução, entre o primeiro trimestre de 2019 e o quarto trimestre de 2025, da parcela de ocupados na população em idade ativa (taxa de ocupação) e da parcela da força de trabalho nessa mesma população (taxa de participação). Para o quarto trimestre de 2025, a parcela de ocupados corresponde a 58,9% da população em idade ativa. Chama atenção tanto o nível atual como a trajetória desse indicador. O nível atingido no quarto trimestre de 2025 é o maior para um quarto trimestre na série histórica que mostramos, e supera em 2,6 pontos de percentagem (p.p.) o patamar registrado no quarto trimestre de 2019. O crescimento de 0,2 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2024 indica uma desaceleração do ritmo de expansão, já que, no período compreendido entre os quartos trimestres de 2023 e 2024, a taxa de ocupação havia aumentado 1,1 p.p.

A taxa de participação registra uma leve queda na comparação interanual, registrando 62,1% no quarto trimestre de 2025, o que corresponde a um decréscimo de 0,5 p.p. em comparação ao mesmo trimestre de 2024. Ainda assim, essa taxa se sustenta em patamares iguais ou superiores a 62% em todos os quartos trimestres desde de 2021. Conforme relatado na última edição deste boletim, esse é um patamar condizente com o último período de mercado de trabalho aquecido que tivemos, qual seja, o período entre 2012 e 2014.

3. Total de pessoas acima de 14 anos que estão empregadas ou procurando emprego; isto é, a população economicamente ativa (PEA).

GRÁFICO 1
Taxa de ocupação e taxa de participação no mercado de trabalho (1º trim. 2019-4º trim. 2025)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

Retornando à análise da ocupação, a tabela 1 desagrega os dados por condição na ocupação, apresentando a variação interanual, o percentual de cada categoria na composição total e o número absoluto de trabalhadores. A tabela abrange os quartos trimestres de 2019 a 2023, além de todos os trimestres a partir do início de 2024, permitindo uma análise detalhada das tendências recentes.

No que diz respeito à variação interanual registrada no quarto trimestre de 2025, observa-se que o crescimento de 1,1% no agregado da população ocupada mascara um comportamento diferenciado entre as principais posições na ocupação. Em geral, os grupos associados a postos formais de trabalho registram um crescimento anual maior da sua respectiva população ocupada do que os grupos associados a uma posição informal no mercado de trabalho. Isso pode ser visto tanto para os assalariados quanto para os autônomos e empregadores. No primeiro caso, os assalariados com carteira assinada registraram um crescimento interanual de 2,5% nas respectivas populações ocupadas em relação ao quarto trimestre do ano anterior. Já o grupo dos assalariados sem carteira assinada registrou uma variação na população ocupada de magnitude semelhante porém com sinal invertido; com uma retração de 2,8%.

Entre os trabalhadores por conta própria e empregadores, o grupo sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) registrou um crescimento interanual mais moderado, de 0,6%, enquanto o grupo com CNPJ apresenta expansão mais expressiva, de 4,0% na população ocupada.[4]

4. Os militares e estatutários exibiram crescimento interanual de 3,2% da sua população ocupada.

TABELA 1
População ocupada, por posição na ocupação: taxas de variação interanual e valores absolutos (4º trim. 2019-4º trim. 2025)

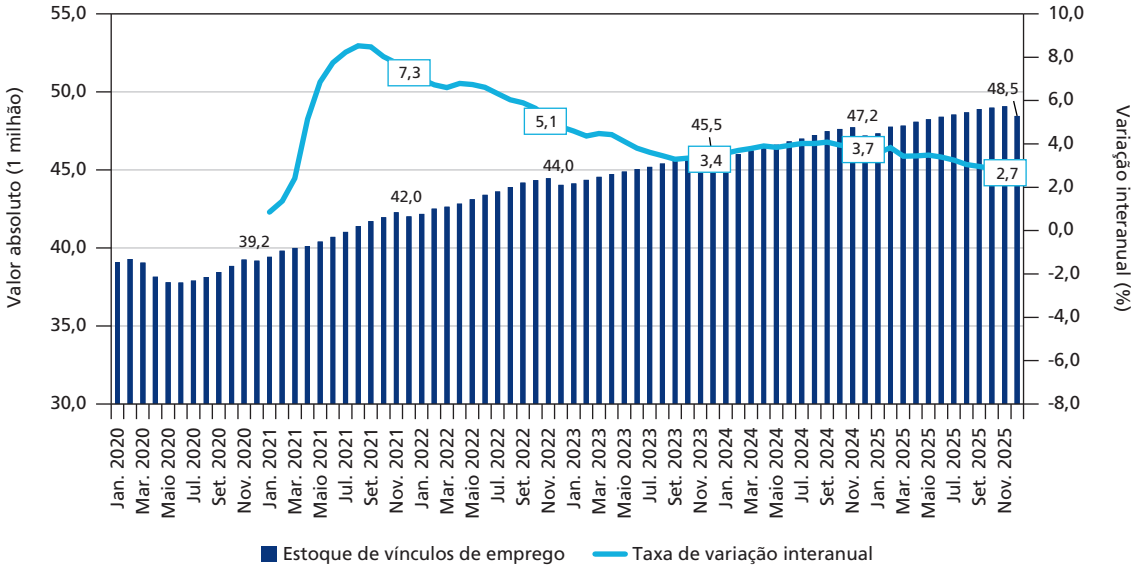
	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira) e não remunerados	Militares e estatutários	Conta própria e empregadores sem CNPJ	Conta própria e empregadores com CNPJ	**Total**
Taxa de variação interanual (%)						
4º trim. 2019	1,8	2,0	0,3	1,3	5,5	**1,9**
4º trim. 2020	-10,4	-14,0	6,1	-10,0	0,2	**-8,8**
4º trim. 2021	9,5	15,9	-7,6	12,0	9,2	**9,7**
4º trim. 2022	7,0	4,7	1,8	-4,6	8,3	**3,8**
4º trim. 2023	2,8	2,0	-1,0	3,0	-4,7	**1,6**
1º trim. 2024	3,4	3,8	0,6	0,6	0,3	**2,4**
2º trim. 2024	4,3	2,7	1,9	0,4	3,5	**2,9**
3º trim. 2024	4,2	6,0	2,1	-0,7	1,3	**3,2**
4º trim. 2024	3,3	3,2	3,0	0,2	4,7	**2,8**
1º trim. 2025	3,6	-1,2	5,5	0,7	5,1	**2,3**
2º trim. 2025	3,7	-0,5	3,3	1,3	5,3	**2,4**
3º trim. 2025	2,7	-4,1	2,2	2,5	5,7	**1,4**
4º trim. 2025	2,5	-2,8	3,2	0,6	4,0	**1,1**
Valores absolutos (1 milhão de pessoas)						
4º trim. 2019	37,1	20,9	7,6	19,8	8,5	**93,9**
4º trim. 2020	33,2	18,0	8,1	17,8	8,6	**85,7**
4º trim. 2021	36,4	20,8	7,5	19,9	9,4	**94,0**
4º trim. 2022	39,0	21,8	7,6	19,0	10,1	**97,5**
4º trim. 2023	40,1	22,3	7,5	19,6	9,6	**99,1**
1º trim. 2024	40,0	21,7	7,6	19,4	9,6	**98,3**
2º trim. 2024	40,6	22,4	7,7	19,4	9,8	**99,9**
3º trim. 2024	41,1	23,2	7,7	19,4	9,7	**101,1**
4º trim. 2024	41,4	23,0	7,8	19,6	10,1	**101,8**
1º trim. 2025	41,5	21,5	8,0	19,5	10,1	**100,5**
2º trim. 2025	42,1	22,3	7,9	19,7	10,3	**102,3**
3º trim. 2025	42,2	22,3	7,9	19,8	10,3	**102,4**
4º trim. 2025	42,4	22,3	8,0	19,8	10,5	**103,0**

Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

O crescimento da ocupação formal também foi registrado pelos dados do Novo Caged. No acumulado de doze meses até dezembro de 2025, a economia brasileira gerou aproximadamente 1,2 milhão de empregos com carteira assinada. Com isso, o número de trabalhadores

formais atingiu 48,4 milhões, representando um crescimento de 2,7% em relação ao ano anterior, conforme mostrado no gráfico 2.[5]

GRÁFICO 2
Novo Caged: médias mensais de estoque de empregos formais (jan. 2020-dez. 2025)



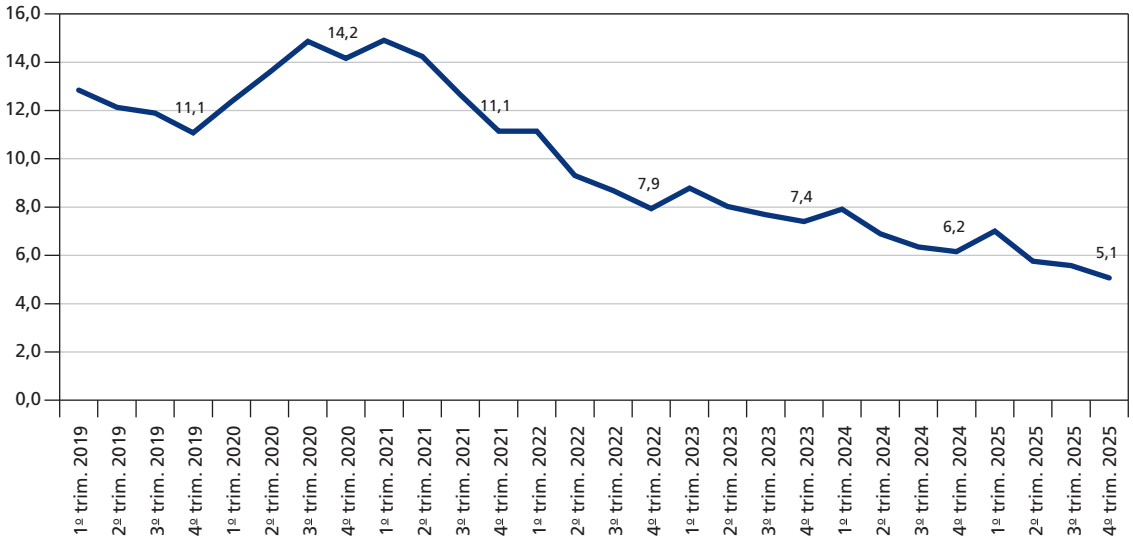
Fonte: Novo Caged. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO

O gráfico 3 mostra a evolução da taxa de desocupação entre 2019 e 2025. No quarto trimestre de 2025, a taxa de desocupação atingiu 5,5%, representando uma queda de -1,1 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e alcançando o menor patamar já registrado na série histórica da PNAD Contínua. Cabe destacar que o valor da taxa de desemprego no quarto trimestre de 2025 equivale a menos da metade do valor registrado no quarto trimestre de 2019. Em números absolutos, o país registrou 5,5 milhões de pessoas em situação de desemprego involuntário no quarto trimestre de 2025 – o menor valor observado desde o início da série histórica, em que pese o crescimento da força de trabalho no período.

5. Para um retrato mais detalhado do mercado de trabalho, por meio do exame da evolução das transições entre diferentes posições na ocupação dos indivíduos, ver Lameiras, Fernandes e Padilha (2025).

GRÁFICO 3
Taxa de desocupação da força de trabalho (1º trim. 2019-4º trim. 2025)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

Outras dimensões importantes para compreender a subutilização da força de trabalho incluem os indicadores da parcela da força de trabalho em situação de subocupação por insuficiência de horas[6] e a parcela de pessoas em idade ativa em situação de desalento.[7] O gráfico 4 ilustra a evolução recente desses indicadores mostrando que ambos atingem suas menores marcas no quarto trimestre de 2025, tal como a taxa de desalento.

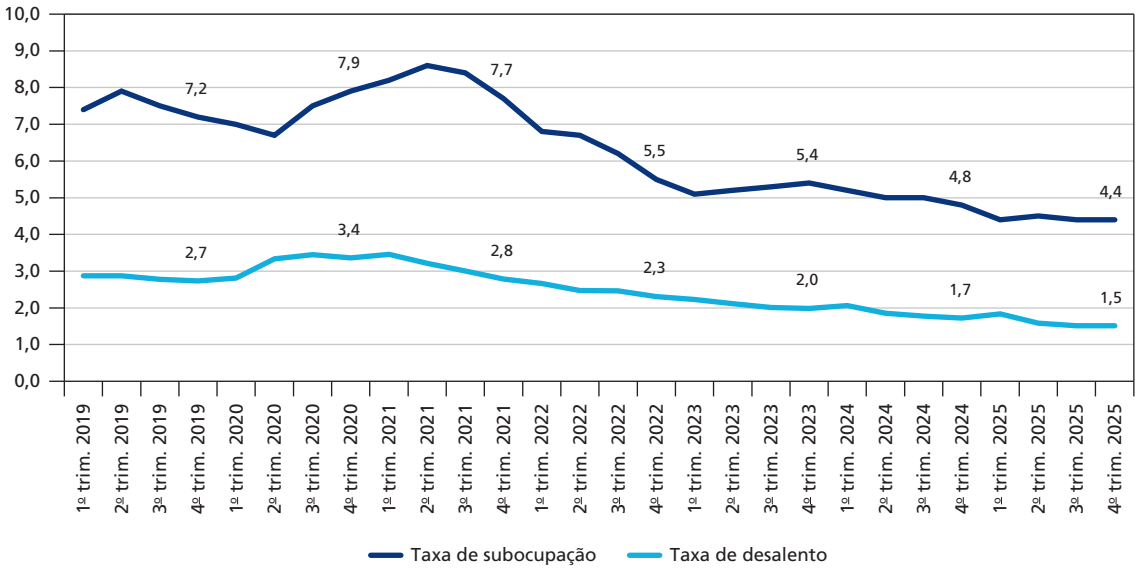
A taxa de subocupação apresenta uma trajetória de queda desde o segundo trimestre de 2024 nas variações interanuais. No quarto trimestre de 2025, a taxa registrou uma queda de 0,4 p.p. em comparação ao mesmo período de 2024, atingindo 4,4%. Atualmente o país conta com, aproximadamente, 4,5 milhões de pessoas em condição de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas.

De forma semelhante, a taxa de desalento registra quedas nas comparações interanuais desde o terceiro trimestre de 2021. No quarto trimestre de 2025, a taxa atingiu 1,5%, registrando uma queda de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período de 2024. Em números absolutos, cerca de 2,6 milhões de indivíduos ainda estão fora da força de trabalho devido ao desalento.

6. Segundo o IBGE, o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas se refere à população que está trabalhando menos de quarenta horas semanais, mas que tem disponibilidade e gostaria de trabalhar mais.

7. Partindo dos critérios estabelecidos pelo IBGE, o indivíduo é considerado desalentado se estava fora da força de trabalho e gostaria de trabalhar, mas que não buscou emprego na semana de referência por uma das seguintes razões: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) era considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

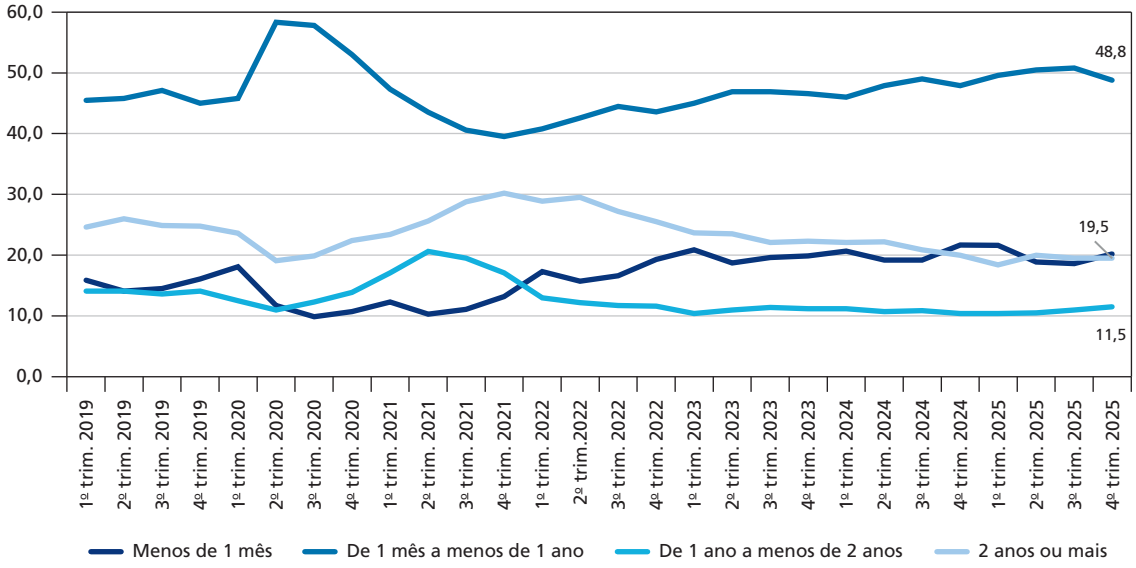
GRÁFICO 4
Taxa de subocupação por insuficiência de horas e de desalento (1º trim. 2019-4º trim. 2025)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

O gráfico 5 mostra a distribuição dos desempregados conforme o tempo que estão nesta condição. Conforme ilustrado, a maior parcela dos desempregados encontra-se nessa condição há pelo menos um mês e há menos de um ano. No quarto trimestre de 2025, esse grupo passou a representar 48,8% do total de desocupados. Embora essa participação tenha diminuído em relação ao trimestre anterior, trata-se de um movimento sazonal da transição do terceiro para o quarto trimestre. Por outro lado, no mesmo período houve relativa estabilidade na parcela de desempregados que permanecem nessa condição por pelo menos dois anos. O grupo respondeu por 19,5% da população desocupada no quarto trimestre de 2025, frente a 20% no quarto trimestre de 2024.

GRÁFICO 5
Composição da desocupação por tempo de espera (1º trim. 2019-4º trim. 2025)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

Adicionalmente, a tabela 2 apresenta uma síntese da desocupação no Brasil, desagregada por diferentes grupos populacionais e com dados dos trimestres mais recentes. Os números da PNAD Contínua reforçam as tendências positivas no mercado de trabalho, mostrando que, no quarto trimestre de 2025, todos os grupos analisados registraram quedas nas taxas de desemprego em relação ao mesmo período de 2024. Em termos gerais, as reduções no desemprego ocorreram de forma a diminuir as desigualdades dentro de cada recorte.

TABELA 2
Taxa de desocupação desagregada (1º trim. 2022-4º trim. 2025)
(Em %)

	2022				2023				2024				2025			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Brasil	11,1	9,3	8,7	7,9	8,8	8,0	7,7	7,4	7,9	6,9	6,4	6,2	7,0	5,8	5,6	5,1
Centro-Oeste	8,5	7,0	6,4	6,2	7,0	5,7	5,4	5,7	6,0	5,4	4,9	4,9	5,4	4,6	4,4	3,9
Nordeste	15,0	12,7	12,0	10,9	12,3	11,3	10,9	10,5	11,1	9,4	8,7	8,7	9,9	8,2	7,8	7,1
Norte	11,7	8,9	8,2	8,0	9,1	8,1	7,7	7,7	8,2	6,9	6,6	6,9	8,2	6,5	6,2	5,8
Sudeste	11,2	9,3	8,7	7,9	8,6	7,9	7,5	7,1	7,6	6,7	6,2	5,9	6,6	5,3	5,3	4,8
Sul	6,5	5,6	5,2	4,5	5,0	4,7	4,6	4,5	4,9	4,6	4,1	3,6	4,2	3,6	3,4	3,1
Masculino	9,1	7,5	6,9	6,5	7,2	6,8	6,4	6,0	6,5	5,6	5,3	5,1	5,7	4,8	4,5	4,2
Feminino	13,7	11,5	10,9	9,8	10,8	9,5	9,3	9,2	9,8	8,5	7,7	7,5	8,7	6,9	6,9	6,2
Brancos e amarelos	8,9	7,3	6,8	6,2	6,8	6,2	6,0	5,9	6,2	5,5	5,0	4,9	5,6	4,8	4,4	4,0
Pretos, pardos e indígenas	12,9	10,9	10,2	9,4	10,4	9,5	9,0	8,6	9,2	8,0	7,4	7,1	8,1	6,5	6,5	5,9
De 18 a 24 anos	22,8	19,4	18,0	16,4	18,0	16,5	16,0	15,2	16,8	14,2	13,3	12,8	14,8	12,0	12,3	11,4
De 25 a 39 anos	10,2	8,3	7,8	7,1	8,2	7,5	7,1	6,9	7,3	6,3	5,9	5,8	6,5	5,5	5,2	4,7
De 40 a 59 anos	7,1	5,9	5,6	5,3	5,6	5,3	5,1	4,9	5,2	4,6	4,1	4,0	4,7	3,9	3,6	3,3
60 anos ou mais	4,3	4,0	3,7	3,4	3,9	3,4	3,2	3,4	3,2	3,1	3,0	3,0	3,1	2,3	2,7	2,2
Até fundamental incompleto	10,7	8,8	8,6	8,3	8,4	7,7	7,5	7,7	7,6	6,7	6,1	6,4	6,7	5,4	5,2	5,1
Fundamental completo	12,2	10,5	10,0	9,2	10,1	9,6	9,8	9,2	9,1	8,2	8,0	7,4	7,9	6,4	6,3	5,5
Médio incompleto	18,3	15,4	15,3	13,9	15,2	13,7	13,5	13,1	13,9	11,6	10,9	10,3	11,4	9,4	9,8	8,7
Médio completo	12,7	10,6	9,7	8,5	9,9	9,2	8,6	8,0	8,9	7,8	7,1	6,8	8,0	6,8	6,4	5,8
Superior ou mais	7,1	5,9	5,3	4,9	5,6	4,8	4,5	4,5	5,2	4,4	4,1	4,0	4,7	3,8	3,6	3,3
Região metropolitana	13,2	11,1	10,4	9,6	10,3	9,8	9,3	8,7	9,3	8,4	7,6	7,2	7,8	6,7	6,5	5,9
Região não metropolitana	9,6	7,9	7,4	6,7	7,7	6,6	6,5	6,4	6,9	5,7	5,4	5,4	6,4	5,0	4,9	4,5
Chefe de família	8,2	6,9	6,6	6,0	6,7	6,2	6,0	5,9	6,3	5,3	4,8	4,8	5,3	4,5	4,3	3,9
Não chefe de família	13,5	11,3	10,3	9,6	10,5	9,5	9,1	8,7	9,4	8,2	7,7	7,4	8,5	6,8	6,7	6,1

Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

4 EMPREGO SETORIAL

Esta seção traz informações a respeito da taxa de crescimento interanual do emprego por setor de atividade econômica, a partir dos dados extraídos da PNAD Contínua. Como será possível notar, a melhora da ocupação no Brasil vem ocorrendo na ampla maioria dos setores de atividade. O setor de Educação e Saúde liderou a criação de empregos nos últimos doze meses em números absolutos, adicionando aproximadamente 840 mil trabalhadores entre os quartos trimestres de 2024 e 2025, o que levou a um aumento da sua participação relativa de 13,0% para 13,7% do total da população ocupada. Na sequência, o setor de informática, serviços financeiros e serviços prestados a empresas registrou aumento da ocupação em aproximadamente 477 mil pessoas no mesmo período, seguido pelo Comércio, com 175 mil postos adicionais.

No outro extremo do desempenho no crescimento anual de empregos, os setores que registram maiores contrações são o setor de serviços domésticos (menos 289 mil postos de trabalho), o setor de Construção (retração de 220 mil postos de trabalho) e o setor de Alojamento e Alimentação (retração de 218 mil postos de trabalho). Vale dizer que esses setores compartilham a característica de registrar uma alta proporção de trabalhadores em ocupações informais, sobretudo os dois primeiros. Esses três setores mais a Indústria de Transformação (-97 mil postos) foram os únicos setores, entre os treze analisados, com queda na ocupação em termos absolutos.

TABELA 3
Composição da população ocupada, por setor de atividade

	Total da população ocupada por setor (1 milhão de pessoas)		
	4º trim. 2023	4º trim. 2024	4º trim. 2025
Agropecuária	7,9	7,7	7,8
Indústria extrativa	0,6	0,6	0,6
Indústria de transformação	11,5	11,8	11,7
Serviços industriais de utilidade pública	0,7	0,8	0,8
Construção civil	7,3	7,7	7,5
Comércio	18,8	19,3	19,5
Informática, finanças, serviços a empresas	12,2	12,7	13,2
Transporte	5,6	5,9	6,0
Serviços pessoais	5,4	5,5	5,5
Administração pública	4,9	5,1	5,3
Saúde e educação	12,8	13,2	14,1
Alojamento e alimentação	5,4	5,6	5,4
Serviços domésticos	6,0	5,9	5,6
Total	**99,0**	**101,8**	**102,9**

Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

A tabela 4 traz mais detalhes sobre a evolução da população ocupada em cada um dos setores agregados, reportando as respectivas taxas de variação interanuais. A última coluna da tabela mostra que a evolução positiva do emprego entre os quartos trimestres de 2025 e de 2024 predomina entre os diversos setores da economia: dos treze segmentos analisados, nove registraram melhora no emprego no quarto trimestre de 2025 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Entre os destaques positivos, podemos mencionar os setores de educação e saúde, com crescimento anual da ocupação de 6,4% no quarto trimestre de 2025, bem como os setores de serviços prestados às empresas[8] e administração pública, que registraram taxa de crescimento anual da ocupação superior a 3% (3,8% e 3,2% respectivamente).

Vale mencionar também o desempenho do setor de agropecuária, que passou de uma taxa de crescimento anual da ocupação de 0,7% no terceiro trimestre de 2025 para uma taxa de crescimento de 1,7% no quarto trimestre do mesmo ano. Esses últimos resultados para o setor de agropecuária vêm a ser as duas únicas variações positivas na população ocupada observadas nesse setor nos últimos quinze trimestres.[9]

Por outro lado, as maiores contrações na população ocupada registradas em termos de taxa de crescimento anual vieram do setor de serviços domésticos (-4,9%) e do setor de alojamento e alimentação (-3,9%).

TABELA 4
População ocupada, por setores de atividade econômica: variação interanual (1º trim. 2023-4º trim. 2025)
(Em %)

	2023 1º trim.	2023 2º trim.	2023 3º trim.	2023 4º trim.	2024 1º trim.	2024 2º trim.	2024 3º trim.	2024 4º trim.	2025 1º trim.	2025 2º trim.	2025 3º trim.	2025 4º trim.
Agropecuária	-5,3	-5,0	-3,8	-6,1	-3,7	-4,3	-4,8	-2,4	-4,2	-2,6	0,7	1,7
Indústria extrativa	8,6	2,5	12,4	6,6	12,9	4,8	4,5	4,0	5,1	10,7	6,4	2,3
Indústria de transformação	2,1	0,5	-1,5	0,6	2,0	1,4	5,2	3,1	3,5	4,2	1,4	-0,8
SIUP	-1,6	-2,3	9,3	3,9	2,9	-2,5	2,8	2,8	0,2	10,9	-2,7	2,7
Construção civil	-0,9	-4,7	-2,5	0,8	2,9	4,9	3,8	5,4	1,2	-0,7	2,3	-2,9
Comércio	3,0	-0,8	-1,5	-0,2	0,6	2,6	3,4	3,0	3,1	3,0	-0,1	0,9
Informática, financeira, serviços a empresas	5,9	2,9	5,1	5,3	5,5	7,5	5,1	3,7	4,0	3,8	2,0	3,8

(Continua)

8. Descrito na tabela como *Informática, financeira, serviços a empresas*.

9. Vale também mencionar que, em treze desses mesmos quatorze trimestres, a agricultura teve a menor taxa de crescimento anual entre todos os setores analisados.

(Continuação)

	2023 1º trim.	2023 2º trim.	2023 3º trim.	2023 4º trim.	2024 1º trim.	2024 2º trim.	2024 3º trim.	2024 4º trim.	2025 1º trim.	2025 2º trim.	2025 3º trim.	2025 4º trim.
Transporte	7,9	4,3	4,3	6,6	5,9	7,3	4,5	5,1	4,4	5,9	6,7	1,9
Serviços pessoais	4,1	2,5	-4,4	2,2	4,5	5,7	8,2	1,6	3,1	2,2	-2,1	0,4
Administração pública	1,4	1,6	-3,6	-3,0	0,6	0,5	3,4	4,5	3,1	2,8	1,9	3,2
Saúde e educação	6,4	5,8	7,1	4,8	4,3	5,2	3,7	3,7	4,5	4,1	4,7	6,4
Alojamento e alimentação	1,8	1,1	3,7	3,3	1,8	0,4	0,0	4,1	1,0	-0,5	0,5	-3,9
Serviços domésticos	1,2	-0,4	-1,5	3,3	3,5	0,1	1,4	-1,8	-3,6	-1,5	-5,1	-4,9

Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.
Obs.: SIUP – Serviços industriais de utilidade pública.

É importante destacar que, na maioria dos setores analisados, o crescimento anual da ocupação no quarto trimestre de 2025 é dominado pela dinâmica do trabalho formal. De fato, a tabela 5 mostra que a taxa de crescimento anual do emprego com carteira supera o crescimento anual do emprego sem carteira assinada em todos os setores analisados, com exceção do setor de informática, serviços financeiros e serviços prestados a empresas e dos SIUP.

A diferença na intensidade do crescimento do emprego com carteira em relação ao sem carteira é particularmente marcante em alguns setores importantes. Na indústria de transformação, os valores foram de 0,2% para o emprego com carteira e -10,4% para o sem carteira, enquanto no setor de Transporte os valores foram de 2,0% e de -8,0%, respectivamente. O diferencial observado nesses setores só foi superado pelo observado nos Serviços Pessoais (12,0% e -3,0%) e na Indústria Extrativa (8,0% e -12,4%).

Reforçando a dinâmica descrita para o emprego formal por setores de atividade, os dados do Novo Caged (tabela 3, primeira coluna) demostram que não houve decréscimo no emprego formal em nenhum dos setores analisados. Os destaques positivos ficam a cargo dos setores de serviços pessoais (8,0%), construção civil (4,7%) e informática (4,2%).

Numa outra dimensão de comparação entre ocupações, vale destacar que as taxas de crescimento anual em ocupações por conta própria superam as do emprego assalariado com carteira em diversos segmentos dos serviços. Esse fenômeno ocorre nos segmentos de serviços prestados às empresas, serviços de transportes, em saúde e educação e em alojamento e alimentação.

TABELA 5
População ocupada, por setores e posição na ocupação: variação interanual (4º trim. 2025)
(Em %)

	Novo Caged	PNAD Contínua		
	Assalariado (com carteira)	Assalariado (com carteira)	Assalariado (sem carteira)	Conta própria
Agropecuária	2,7	4,4	-3,6	4,4
Indústria extrativa	2,0	8,0	-12,4	-36,9
Indústria de transformação	1,5	0,2	-10,4	1,5
SIUP	3,1	0,7	15,4	24,1
Construção civil	4,7	-1,6	-6,4	-1,8
Comércio	2,6	4,3	-1,8	-1,1
Informática, finanças, serviços a empresas	4,2	0,8	1,2	14,2
Transporte	3,8	2,0	-8,0	2,7
Serviços pessoais	8,0	12,0	-3,0	-1,8
Administração pública	0,5	3,8	1,6	-
Saúde e educação	2,0	6,1	5,7	11,8
Alojamento e alimentação	3,9	-5,1	-7,8	1,7
Serviços domésticos	0,0	-4,3	-5,1	-
Total	2,6	2,6	-2,8	2,5

Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

Por fim, a tabela 6 traz informações sobre o percentual de trabalhadores em postos formais, para os três últimos períodos de comparação interanual, por setor de atividade econômica. Entendemos por trabalhadores em postos formais aqueles assalariados com carteira assinada ou os autônomos e empregadores com CNPJ.[10] Pode-se perceber que, no total, a taxa de formalização no mercado de trabalho foi de 59,1% no quarto trimestre de 2025, com elevação de 0,9 p.p. em relação ao mesmo período no ano anterior.

Entre os setores com maiores índices de formalização da força de trabalho, encontramos principalmente os associados à atividade industrial – indústria extrativa (88,6%), SIUP (85%) e indústria de transformação (74,2%) – assim como o setor de serviços prestados a empresas (74,4%), todos próximos ou acima de atingirem três quartos da sua força de trabalho devidamente formalizada. Os setores mencionados apresentam relativa estabilidade em seu nível de formalização nos últimos anos, nenhum apresentando variação maior que 1 p.p na comparação com 2023. No outro extremo, os setores de serviços domésticos (24,4%), agropecuária (24,7%) e construção civil (34,9%) possuem os menores percentuais, com os dois primeiros tendo apenas cerca de um a cada quatro trabalhadores registrados e o último cerca de um a cada três.

10. Vale ressaltar ao leitor que até a edição passada deste boletim estávamos excluindo todos os trabalhadores por conta própria do formal. A atual forma de classificação se alinha àquela adotada pelo IBGE.

Vale observar que alguns dos setores com taxas historicamente baixas de formalização têm apresentado melhoras significativas nos últimos anos, sendo mais significativo os serviços pessoais, com crescimento de 2,6 p.p. no último ano e 3,2 p.p. no acumulado de dois anos, alcançando formalização de 40,7% no último trimestre de 2025. O mesmo fenômeno em menor escala também foi observado: na construção civil (34,9% em 2025, comparado com 33,1% em 2023) e no setor de alojamento e alimentação (49,3% em 2025, comparado com 47,9% em 2023). O comércio, que é o maior setor individual e responde com quase 20% da força de trabalho geral, também tem observado melhora significativa, alcançando 66,4% de formalização em 2025, comparado com 65,3% em 2023.

A taxa de formalização geral aumentou 0.9 p.p, passando de 58,2% para 59,1%, o que pode ser explicado em parte pela melhora geral intrassetorial, com 12 dos 14 setores analisados observando melhora em sua taxa de formalização, e em parte pela mudança de composição com os setores mais formalizados passando a representar uma parcela maior da população ocupada, os destaques aqui sendo os setores de saúde e educação (72,5% de formais) e de serviços prestados a empresas (74,4% de formais) que apresentaram respectivamente o maior e segundo maior crescimento no número total de trabalhadores, como mencionado anteriormente.

TABELA 6
População ocupada formalmente, por setor de atividade: participação relativa no total
(Em %)

	4º trim. 2023	4º trim. 2024	4º trim. 2025
Agropecuária	25,0	24,2	24,7
Indústria extrativa	87,9	85,4	88,6
Indústria de transformação	73,4	73,2	74,2
Siup	84,9	86,7	85,0
Construção civil	33,1	34,0	34,9
Comércio	65,3	65,5	66,4
Informática, finanças, serviços a empresas	74,3	75,1	74,4
Transporte	52,4	53,0	54,3
Serviços pessoais	37,5	38,1	40,7
Administração pública	75,5	75,0	75,4
Saúde e educação	72,9	72,1	72,5
Alojamento e alimentação	47,9	48,4	49,3
Serviços domésticos	23,4	24,2	24,4
Total	57,8	58,2	59,1

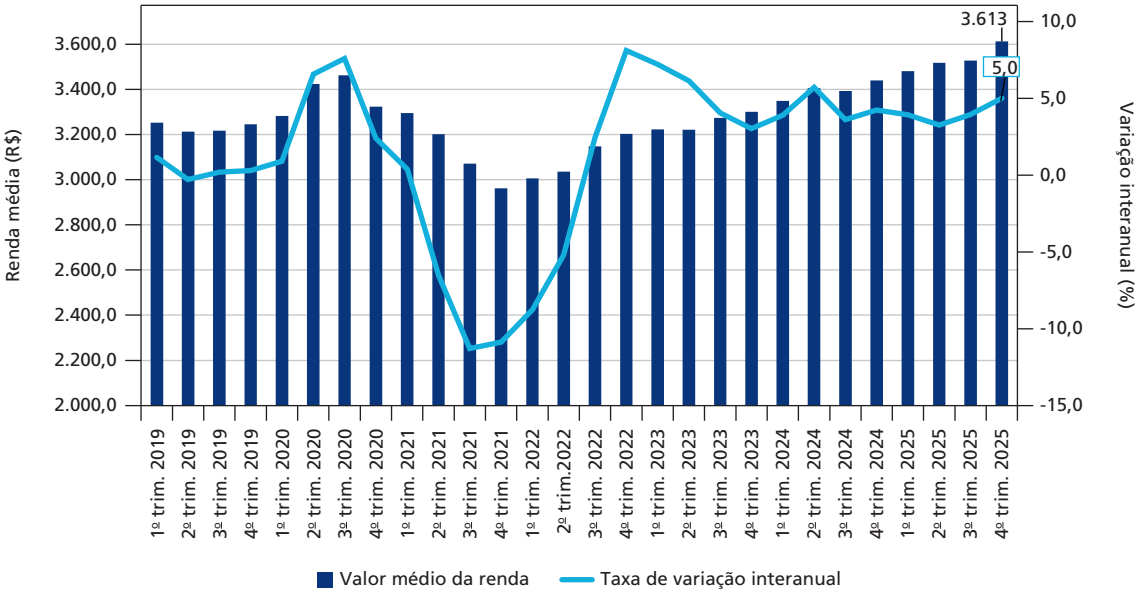
Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

Vale mencionar que o grau de formalização da ocupação é um indicador de grande relevância em função da conexão com a estrutura estatal de proteção social, especialmente os programas do sistema público de emprego e do sistema previdenciário, que compõem o modelo nacional de Estado de bem-estar social (Silva, 2020).

5 RENDA MÉDIA DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS

O gráfico 6 apresenta as médias do rendimento mensal do trabalho no Brasil (em valores deflacionados para novembro de 2025), que atestam a manutenção da trajetória de contínuo crescimento desse indicador que já vinha sendo observada ao longo de 2023 e 2024. O crescimento interanual da média do rendimento mensal do trabalho foi de 5,0%, com aceleração em relação ao trimestre anterior, que havia alcançado incremento anual de 4,0%. Em termos monetários, a renda média foi de R$ 3.613 no quarto trimestre de 2025, 2,4% maior que a observada no trimestre anterior[11] e o maior valor da série histórica.

GRÁFICO 6
Rendimento mensal médio do trabalho: valores absolutos e variação interanual (1º trim. 2019-4º trim. 2025)

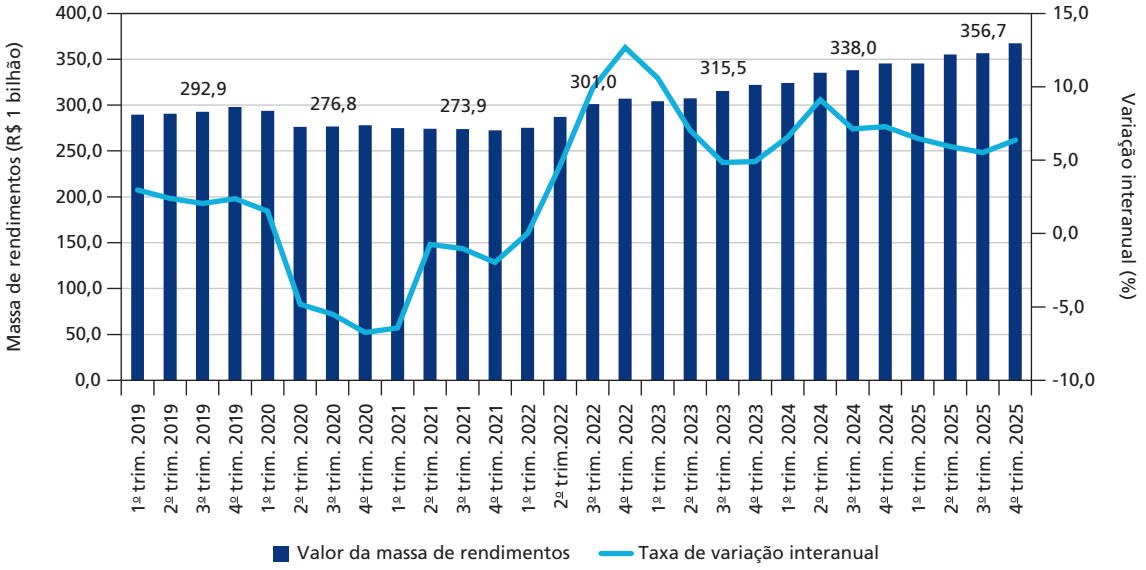


Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

No que se refere à evolução da massa de rendimentos do trabalho no Brasil, os dados apresentados no gráfico 7 revelam o valor de R$ 367,6 bilhões para esse indicador no quarto trimestre de 2025. Na comparação interanual, o crescimento real foi significativo: 6,4%, ou, em termos absolutos, aproximadamente R$ 22,0 bilhões a mais em circulação na economia em valores reais. Isso reforça a tendência de manutenção de uma trajetória de expansão da renda nacional, com uma taxa maior que a observada no trimestre anterior, cuja variação interanual havia sido de 5,5%.[12]

11. Para estimativas mensais dessazonalizadas das rendas habitual e efetiva reais, ver Carvalho (2025).
12. Para análise da variação trimestral por faixa de rendimento, ver Carvalho (2025).

GRÁFICO 7
Massa de rendimentos real mensal e taxa de variação: valores absolutos e variação interanual (1º trim. 2019-4º trim. 2025)



Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

A tabela 7 traz uma análise da evolução do rendimento do trabalho por posição na ocupação. Assim como foi comentado para o crescimento da população ocupada, no que diz respeito ao crescimento do rendimento do trabalho também há uma clara distinção entre os grupos associados a ocupações formais e informais. As maiores taxas de crescimento do rendimento do trabalho entre os quartos trimestres de 2024 e 2025 são registradas para posições associadas a ocupações informais. O grupo dos assalariados sem carteira assinada registra um crescimento de 7,7% enquanto o grupo dos empregadores e trabalhadores por conta própria sem CNPJ registra acréscimo de 6,7%. Já as contrapartes associadas a posições formais (conta própria e empregadores com CNPJ; e assalariados com carteira) apresentam taxas de 4,7% e 3,0% no crescimento do rendimento do trabalho entre os quartos trimestres de 2024 e 2025.

Observa-se que o grupo dos assalariados sem carteira tem apresentado continuamente o maior crescimento na renda média no período pós-pandemia, com o maior crescimento interanual no quarto trimestre nos últimos três anos (2023 apresentando a mesma taxa de crescimento dos conta própria informais). Esse movimento foi inicialmente acompanhando por um crescimento paralelo dos postos de trabalho assalariados sem carteira, tendência revertida a partir do primeiro trimestre de 2025, como descrito na tabela 1. No último ano, esse grupo passou a ter a peculiaridade de apresentar o maior aumento na renda média e, ao mesmo tempo, ser o único com variação negativa no número de trabalhadores. Dado que observamos a menor taxa histórica de desemprego e aumento em todas as outras categorias, é razoável concluir que os trabalhadores anteriormente com esse tipo de vínculo estão migrando para as demais

categorias, e que essa menor oferta de mão de obra especificamente para trabalho assalariado sem carteira, combinada a um mercado aquecido sem aparente redução da demanda, pode ajudar a explicar o aumento significativo na renda média da categoria.

TABELA 7
Renda mensal média do trabalho por posição na ocupação: valores absolutos e taxa de variação interanual

	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Militares e estatutários	Conta própria e empregadores sem CNPJ	Conta própria e empregadores com CNPJ	Média total
Valores absolutos (R$)						
4º trim. 2020	3.200,3	2.037,1	6.280,2	2.033,4	6.083,5	3.323,4
4º trim. 2021	2.915,5	1.855,0	5.697,7	1.942,7	5.361,6	2.962,3
4º trim. 2022	3.090,2	2.024,1	5.976,3	2.136,3	5.902,2	3.203,1
4º trim. 2023	3.176,4	2.158,1	6.195,5	2.159,9	6.331,1	3.300,4
4º trim. 2024	3.257,5	2.287,6	6.561,5	2.264,7	6.541,8	3.440,4
4º trim. 2025	3.354,3	2.464,3	6.719,1	2.415,7	6.848,0	3.613,2
Taxa de variação interanual (%)						
4º trim. 2020	1,8	3,9	-0,4	-1,6	-6,5	2,4
4º trim. 2021	-8,9	-8,9	-9,3	-4,5	-11,9	-10,9
4º trim. 2022	6,0	9,1	4,9	10,0	10,1	8,1
4º trim. 2023	2,8	6,6	3,7	1,1	7,3	3,0
4º trim. 2024	2,6	6,0	5,9	4,9	3,3	4,2
4º trim. 2025	3,0	7,7	2,4	6,7	4,7	5,0

Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

A tabela 8 complementa a análise salarial desagregada por diferentes recortes regionais e populacionais. Em termos regionais, o Centro-Oeste registrou o maior rendimento médio no quarto trimestre de 2025, com R$ 4.173, seguido pela região Sul, com R$ 4.089. O Nordeste manteve-se com a menor média, de R$ 2.498. O Sudeste observou o terceiro maior rendimento médio (R$ 4.033) e a menor taxa de crescimento interanual, 3,9%.

Entre as regiões metropolitanas, a renda média ficou em R$ 4.262, contra R$ 3.130 das não metropolitanas. Essa diferença observada para o quarto trimestre de 2025 foi inferior em comparação à observada no mesmo período do ano anterior, dado que a taxa de variação foi maior para as áreas não metropolitanas, com 6,8%, contra 3,4% observado para as áreas metropolitanas.

No recorte por gênero, nota-se que, entre os homens, a média dos rendimentos no quarto trimestre de 2025 ficou em R$ 3.977, enquanto, entre as mulheres, o valor foi aproximadamente 30% menor, finalizando o período na marca de R$ 3.137. A taxa de crescimento da

renda dos homens nesse mesmo trimestre foi virtualmente idêntica à das mulheres, com 5,0% contra 5,2%, indicando manutenção da desigualdade de gênero dos rendimentos em relação ao mesmo período do ano anterior.

A desigualdade de rendimentos também é verificada no recorte racial. A renda média mensal de trabalhadores brancos e amarelos ficou em R$ 4.684, enquanto entre os pretos, pardos e indígenas, o valor foi de R$ 2.758. Ou seja, a renda média desse último grupo refere-se a menos de dois terços do rendimento médio dos brancos. No tocante à variação interanual nesse último trimestre, o grupo de trabalhadores brancos e amarelos apresentou uma taxa superior à observada para o grupo de trabalhadores não brancos (5,0% e 4,5%, respectivamente), representando um aumento da desigualdade no período.

Na abertura por idade, verifica-se escalonamento das médias, com uma exceção para o grupo acima de 60 anos. Os valores observados variaram entre R$ 1.984, para o grupo de 18 a 24 anos, e R$ 3.634, para o grupo entre 40 e 59 anos, esse grupo também apresentou a maior taxa de crescimento entre os analisados, 6,6%. Quanto ao crescimento interanual, o menor valor foi registrado para o grupo dos mais jovens (até 24 anos), que registrou crescimento de 3,1%.

A heterogeneidade do rendimento do trabalho entre grupos também ocorre no recorte por escolaridade, em que a menor média de renda foi registrada para os trabalhadores com até ensino fundamental incompleto (R$ 1.915), enquanto a média para aqueles com ensino superior ficou em R$ 6.255. Esses grupos tiveram taxas de crescimento de 4,2% e 2,1%, respectivamente. O maior crescimento interanual (7,4%) foi observado entre os trabalhadores com ensino médio incompleto.

TABELA 8
Renda real média desagregada: valor absoluto e taxa de variação interanual

	Rendimento médio mensal (R$)			Taxa de variação interanual (%)		
	4º trim. 2023	4º trim. 2024	4º trim. 2025	4º trim. 2023	4º trim. 2024	4º trim. 2025
Brasil	3.300	3.440	3.613	4,1	3,6	4,0
Centro-Oeste	3.819	3.922	4.173	3,8	1,9	5,8
Nordeste	2.206	2.361	2.498	3,4	6,3	5,7
Norte	2.628	2.658	2.846	3,7	1,6	3,2
Sudeste	3.753	3.883	4.033	5,1	3,1	1,7
Sul	3.575	3.838	4.089	1,8	5,4	8,4
Masculino	3.623	3.788	3.977	3,8	4,5	3,2
Feminino	2.870	2.983	3.137	4,5	2,4	5,2
Brancos e amarelos	4.257	4.459	4.684	5,2	3,0	4,4
Pretos, pardos e indígenas	2.526	2.640	2.758	3,4	4,2	3,2
18 a 24 anos	1.868	1.924	1.984	4,3	3,1	4,7
25 a 39 anos	3.289	3.408	3.633	0,9	3,4	-0,3

(Continua)

(Continuação)

	Rendimento médio mensal (R$)			Taxa de variação interanual (%)		
	4º trim. 2023	4º trim. 2024	4º trim. 2025	4º trim. 2023	4º trim. 2024	4º trim. 2025
40 a 59 anos	3.746	3.929	4.073	4,4	4,2	4,3
Mais de 59 anos	3.803	3.890	4.036	3,2	2,9	3,4
Até fundamental incompleto	1.758	1.839	1.915	1,9	2,5	3,0
Fundamental completo	2.060	2.189	2.344	0,4	5,3	0,9
Médio incompleto	1.938	1.993	2.139	1,2	2,2	6,6
Médio completo	2.488	2.563	2.642	2,4	3,8	3,1
Superior ou mais	5.937	6.124	6.255	3,7	2,9	1,2
Região metropolitana	4.004	4.123	4.262	6,5	1,6	3,3
Região não metropolitana	2.771	2.930	3.130	1,6	6,0	4,5
Não chefe de família	2.936	3.078	3.215	4,5	3,7	4,7
Chefe de família	3.708	3.838	4.040	3,8	4,8	3,0

Fonte: PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados. Acesso em: 2 mar. 2026.
Elaboração dos autores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os principais indicadores da dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil, com base nos dados divulgados pelo IBGE, complementados pelos registros administrativos mensais de emprego do MTE.

Em resumo, a análise até o quarto trimestre de 2025 aponta uma trajetória bastante positiva no mercado de trabalho. A população ocupada chegou a 103 milhões de pessoas, o que representa crescimento de 1,1% em relação ao mesmo período no ano anterior, e a força de trabalho atingiu 108,5 milhões de pessoas, estável em relação ao valor observado no mesmo período do ano anterior.

O número de trabalhadores com carteira assinada também teve um crescimento expressivo, com um aumento de 2,6% em relação ao quarto trimestre de 2024, conforme os dados da PNAD Contínua. O Novo Caged confirmou essa tendência, registrando a criação de 1,3 milhão de novas vagas com carteira assinada nos últimos doze meses, um crescimento de 2,6% no mesmo período.

A taxa de desocupação caiu para 5,1%, o menor valor da série histórica. As quedas foram significativas em diversas categorias, e, de forma geral, as reduções no desemprego ocorreram de forma a diminuir as desigualdades dentro de cada recorte. A parcela de desempregados que estão nessa situação há dois anos ou mais também diminuiu (-0,5 p.p.), e houve uma modesta redução no desalento (-0,2 p.p.).

Em termos setoriais, nove dos treze setores registraram expansão no emprego em comparação ao mesmo trimestre de 2024. Os destaques foram os setores de saúde e educação (6,4%), e informática, financeiro e serviços a empresas (3,8%). As principais exceções do crescimento do emprego foram em setores com alta concentração de ocupações informais; quais sejam, os setores de serviços domésticos (-4,9%), alojamento e alimentação (-3,9%) e construção civil (-2,9%).

Outro resultado favorável foi observado na renda média do trabalho, que apresentou crescimento de 5,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior, alcançando R$ 3.613, o maior valor da série histórica. Todas as regiões e todos os segmentos populacionais analisados compartilharam dessa elevação, embora com variações significativas entre os diferentes setores e grupos. A massa salarial real também teve um crescimento expressivo de 6,4% em termos interanuais, atingindo R$ 367,6 bilhões, um acréscimo de R$ 22 bilhões em relação ao quarto trimestre de 2024.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho: resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2024. **Carta de Conjuntura**, n. 66, nota 13, jan.-mar. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/03/250307_cc_66_nota_13.pdf.

LAMEIRAS, M. A. P.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. Desempenho recente do mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, n. 66, nota 21, jan.-mar. 2025.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, out. 2020. (Texto para Discussão, n. 2605). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td_2605.pdf.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R.; FOGUEL, M. N. Quem se afastou do mercado de trabalho no período recente? Uma decomposição da taxa de participação brasileira pós-pandemia. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n. 79, p. 35-46, abr. 2025.

FOGUEL, M. N.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. Evolução recente da taxa de participação brasileira. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n. 78, p. 63-80, out. 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/15975/7/BMT_78_NT_A3.pdf.

LAMEIRAS, M. A. P.; HECKSHER, M. Indicadores mensais do mercado de trabalho: dezembro de 2024. **Carta de Conjuntura**, n. 66, nota 9, jan.-mar. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/02/250217_cc_66_nota_9.pdf.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: Camões, 2019. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019pt.pdf.